

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 23 de março de 2022 - Ata n.º 20.

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **20.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido. Não há Expediente a ser lido. Vamos, então, pela inscrição dos oradores, só temos o Deputado Michele Caputo na Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Michele Caputo.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.º Deputados: Michele Caputo (PSDB); Tadeu Veneri (PT); Galo (PODE); Artagão Junior (PSB); Anibelli Neto (MDB); Arilson Chiorato (Oposição); e Hussein Bakri (Governo).

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Senhor Presidente, Traiano, bom dia. Bom dia membros da Mesa. Peço a palavra hoje para lamentar uma situação que poderia ter sido melhor administrada. Vinha tratando isso com a Liderança do

Governo, confio muito nas tratativas que sempre faço com Hussein. No final do ano passado, aprovamos uma lei, que se não era o que os farmacêuticos, proprietários de farmácias esperavam, mas pelo menos era um avanço inegável com relação à ação inicial da Secretaria da Fazenda do Paraná com relação à cobrança do ICMS de substituição tributária. Eu, muitos Deputados, temos acompanhado essa situação, fizemos audiências remotas, envolvemos todo mundo, a OAB, a Fazenda, envolvemos as lideranças do setor do comércio farmacêutico dos farmacêuticos, aprovamos uma lei, que foi um acordo que foi possível, que melhorava aquele absurdo do preço máximo ao consumidor, que não existe essa prática, não chegava no MVA, que é o que nós, a OAB, os tributaristas colocavam como mais justo, mas teríamos um ganho com o PMPF e com algumas alterações de datas no sentido de podermos dar mais tempo para que esses proprietários de farmácias, pequenos proprietários, pudessem fazer as suas contas e pudessem pagar, porque ninguém quer fraudar o fisco estadual. Lamentavelmente, no início deste ano, a nossa lei sofreu vetos. Esses vetos ainda não foram debatidos aqui na Assembleia, ontem foi retirado da pauta da CCJ. E, fomos surpreendidos, porque a ação da Secretaria da Fazenda do Estado foi no sentido já de cobrar essas parcelas, claro, as multas foram retiradas, mas mantiveram-se os juros, e foi cobrar e dando como prazo o final de março agora. Então, tínhamos uma expectativa, estávamos trabalhando aí com o Líder Hussein, no sentido de prorrogação desse prazo para iniciar o pagamento das parcelas enquanto debatemos e definimos se mantemos os vetos do Governo, se derrubamos os vetos, ou se derrubamos parcialmente esses vetos. Acho que isso era o mínimo que se podia esperar dessa situação. Só que ontem fomos surpreendidos com um Decreto Governamental, que se não muda muito o que está lá na lei, mas ele mantém o prazo de pagamento da primeira parcela para final agora de março. Se o decreto tivesse aparecido bem antes, seria uma situação, mas parece que o decreto foi feito para legitimar uma ação da Fazenda, que no meu modo de entender deveria ter esperado a Assembleia Legislativa do Paraná definir sobre os vetos, porque fizemos uma discussão bastante ampla sobre essa questão e chegamos a um acordo que foi a lei que foi aprovada na

Assembleia. Então, agora, o que resta para esses pequenos proprietários de farmácias? Primeiro, a nossa ação não vale mais nada, nem sei por que debater esses vetos aqui na Assembleia, porque já tem um decreto que diz como é que vai ser e não temos essa prorrogação. Então, agora só restam duas alternativas para esses pequenos proprietários, que são centenas, não estou falando de uma farmácia, são centenas de gente que trabalha 14 horas por dia, emprega um funcionário, uma pessoa da limpeza, que sacrifica tempo, que abre sábado, domingo, feriado, farmacêuticos que estão lá fazendo o exercício legítimo da nossa profissão, que é ser o profissional do medicamento. O que resta para eles, sendo que a primeira parcela o decreto, assim como a Fazenda fez antes mesmo do decreto e antes mesmo de discutirmos os vetos, que vai ser agora no final de março? Quem tem condição, paga; quem não tem condição, fica de fora. E aí como é que fica? Será executado? Serão cobradas as multas também? Porque o simples reconhecimento e o pagamento dessa primeira parcela agora, em cima, que deveria ter sido postergada, aguardando a nossa avaliação e decisão aqui da Assembleia, lei somos nós que fazemos. Porque a hora que você reconhece e faz o parcelamento, você reconhece que aceitou a dívida da forma como ela veio. Agora, queria que todos aqui se colocassem no lugar desses proprietários de farmácias, farmacêuticos a maior parte deles. Não tem opção, ou paga do jeito que veio, que não é o jeito que tínhamos discutido, que tínhamos aprovado a lei, ou então não paga. E aí a coisa ainda fica pior, o Estado não arrecada, porque as pessoas querem pagar, mas querem pagar o que é considerado justo, porque essa coisa começou tudo por um erro, por desinformação de muitas distribuidoras nessa relação com eles. Tem Estados, como Santa Catarina, que cobra no final do processo, e aqui não fazemos isso, e quando fomos fazer, claro, já seguramos isso mais de um ano, a ação minha, de outros Deputados e Deputadas, quero aqui preservar de novo o Líder Hussein, não tenho nada a me manifestar com relação contra ele, porque acho que ele também estava envolvido, porque o ideal era ter ganhado prazo para ver o que iríamos decidir aqui e para que eles pudessem ter a tranquilidade de planejar esse pagamento. Receberam agora há pouco, 30, 40 dias, as notificações, e é isso, é lamentável esse episódio. Fico triste como

Deputado, porque esperava, legítimo que sou nesta causa também, que tivéssemos tempo para discutir aqui no Parlamento esses vetos e ver se conseguiríamos ganhar prazos e manter a proposta original da lei. Muito obrigado. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não viria hoje à tribuna, tribuna virtual, mas os fatos ocorridos no dia de ontem não poderiam ficar sem que nós, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, fizéssemos referência a um fato que na verdade ocorre a partir de uma decisão tomada há cinco, seis anos. E certamente o Sr. Presidente e Sr.^s Deputados estão lembrados que fui à tribuna e inclusive falei que não era por meio daquele... (Problemas na conexão.)... por meio daquele mecanismo que iríamos encontrar soluções para determinadas acusações que estavam sendo feitas, inclusive sem provas, e que agora há uma obviedade quando, ontem o Superior Tribunal de Justiça determina uma multa, inicialmente solicitada em R\$ 1 milhão de indenização, determina 75 mil, que chegará a 100 mil com os juros, ao Ex-Procurador Deltan Dallagnol. Esse Procurador do Ministério Público, Deltan Dallagnol, que todos sabem foi um dos chefes da força-tarefa, *Lava Jato*, assim como foi também o Ex-Juiz Sérgio Moro, e Ex-Procuradores que hoje são talvez consultores de empresas, inclusive daquelas empresas que eles mesmo afundaram e quebraram. E falo isso porque quando o Sr. Deltan Dallagnol apresentou o PowerPoint, famoso PowerPoint, ao término, ao ser perguntado pela imprensa se ele tinha provas do que estava apresentando, ele falou que não tinha provas, mas que tinha convicções. Essas convicções, absolutamente insustentáveis, levaram muitas vezes pessoas ao desespero, inclusive o Ex-Presidente Lula que foi enxovalhado, foi publicamente colocado como criminoso, aliás, alguns ainda gostam de usar essa expressão, mesmo sabendo que todos os processos, absolutamente todos os processos que foram abertos contra o Ex-Presidente Lula foram arquivados, ou já estão superados... (Problemas na conexão.) ... mas o Sr. Dallagnol, naquele tempo, parecia que

falava, que ele não andava, ele flutuava, porque ele achava ser Deus na terra, ele se considerava como uma pessoa acima do bem e do mal e fez acusações gravíssimas, não só contra o Ex-Presidente Lula, mas contra centenas de pessoas, ele e a força-tarefa da *Lava Jato*. E não estamos dizendo aqui que as coisas não devem ser apuradas. As coisas devem ser apuradas, mas o Ministério Público não pode, como disse o STJ, extrapolar das suas funções. O Ministério Público Federal, neste momento, quando o Procurador era ainda o chefe supremo da força-tarefa, usou e abusou do poder que tinha. E lamento isso, lamento porque isso desacredita as instituições. Vi as declarações do Sr. Deltan Dallagnol quase que desesperado, porque afinal de contas diz que a corrupção no Brasil fica difícil de combater quando as pessoas são vítimas de multas por terem acusado de corrupção este ou aquele. É mentira, o Sr. Deltan Dallagnol mente, como, aliás, mentiu muitas vezes. Mente tanto, que não se sustenta sequer a sua afirmação, que ele fez um combate incansável à corrupção e, justamente, por isso, foi afastado. Não. Ele foi afastado porque pediu demissão do Ministério Público... (Problemas na conexão.) ... de todas as negociações e as conversas feitas, por meio da força-tarefa, do Juiz Sérgio Moro, chamado *Russo*, por eles mesmos. As dezenas, inúmeras, talvez, centenas de formas que fizeram para condenar aqueles que acharam que deveriam ser condenados. A forma como uma das Procuradoras se referia ao Ex-Presidente Lula, ou o *Nove Dedos*, mesmo quando ela disse: *O 'Nove Dedos' não tem culpa, mas vai ser engraçadovê-lo se defender*. O Ministério Público acabou virando uma brincadeira de ser Deus, ou parte do Ministério Público. Creio que todo o Ministério Público Federal, hoje, está se sentindo constrangido por aquilo que fizeram parte de seus membros. Fica, aqui, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, uma lembrança. Aqueles que cometem erros, que são erros involuntários, certamente, cometem-no na busca da verdade. Aqueles que cometem erros, que não são mais erros, voluntariamente, são criminosos. Isso que aconteceu com o Sr. Deltan Dallagnol, ao apresentar um PowerPoint e dizer que não tinha certeza, não tinha provas, mas tinha convicções, é um crime. E é um crime que está sendo, agora, de forma tardia e, claro, que em valores muito aquém daqueles que são devidos, mas que está sendo parcialmente

reparados. Ninguém irá devolver ao Presidente Lula os 586 dias que ele ficou preso. Ninguém irá devolver ao Presidente Lula o tempo em que ele foi humilhado publicamente. Ninguém irá devolver às milhares de pessoas que perderam os seus empregos, as condições de vida que tinham antes, porque são milhares de empregos perdidos, muitas vezes por empresas fechadas de forma absolutamente irregular, de forma muitas vezes que, diria, foram direcionados para isso. Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o relato, a lembrança de que o Sr. Deltan Dallagnol, que se achava um semideus, hoje se vê não apenas como um humano, mas como uma pessoa que, no Brasil inteiro e no mundo inteiro, é visto como aquele que *usou e abusou, foi useiro e vezeiro*, do poder que tinha no Ministério Público. E ao fazer isso arrastou o Ministério Público a um caminho extremamente perigoso, o caminho das convicções sem provas. Vamos continuar perseguindo a verdade. Vamos continuar buscando a verdade. Vamos continuar buscando fazer justiça. E justiça se faz com provas, com o mandamento jurídico correto e com aquilo que sempre procuramos e buscamos fazer com todos aqueles que são aliados ou adversários, ouvir o contraditório, dar oportunidade ao contraditório. E, principalmente, não julgar apenas por convicções; não julgar por ideário político; não julgar porque a sua igreja achou que era *bacana* fazer; mas julgar ou encaminhar as medidas que acharem necessárias porque elas são necessárias e não porque você acha necessárias. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados. Na segunda-feira, voltamos novamente a esse tema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputados e Deputadas, dois assuntos me trazem à tribuna desta Casa de Leis. O primeiro, é mostrar que mais uma vez o Governador Ratinho Junior demonstra o seu carinho com o nosso litoral. A tão sonhada revitalização, reforma, melhoria, da Ponte do Valadares, que foi tema da primeira reunião que tive com o Governador do Estado Paraná, Ratinho Junior, está para ser concretizada. O Excelentíssimo Sr. Governador acaba de comunicar que estará em Paranaguá, talvez, ainda

nessa semana, para tratarmos do lançamento de obras importantes para Paranaguá, incluindo a Ponte dos Valadares. Isso demonstra um Governo e, talvez, o único Governo até hoje que confirma a frase que ele disse e sempre reafirmou nas vezes em que esteve em Paranaguá e esteve no litoral. Em Paranaguá, o Governador Ratinho Junior disse por várias vezes: “O Porto de Paranaguá sempre esteve com o olhar voltado para o mar. Chegou a hora de olharmos para a cidade.” Foi isso que diversas vezes o Governador Ratinho Junior confirmou, disse e reafirmou: “Temos que voltar o olhar para a cidade de Paranaguá.” Agora, com a concretização daquilo que era um sonho, daquilo que pedimos desde o início, a Ponte dos Valadares da Ilha, da minha querida Ilha dos Valadares. A decisão do Sr. Governador do Estado do Paraná de se dedicar à cidade de Paranaguá, à cidade que é Mãe do Estado do Paraná, a mais antiga, porque tudo ali aconteceu, tudo ali começou, só podemos em nome do povo parnanguara, do qual me incluo, em nome dos moradores da Ilha dos Valadares, dizer ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, muito grato, Governador, por esse olhar voltado, porque Vossa Excelência demonstra que conversa colocada, promessa colocada, é promessa cumprida. O único Governador – fiz essa pesquisa –, o único Governador até hoje da história do Paraná com vontade, com decisão voltada para o litoral, em especial, Paranaguá. Nessa Ponte dos Valadares já fomos criticados. O Galo mesmo foi diversas criticado dentro de Paranaguá, quando se pronunciou a respeito da vontade de que isso acontecesse. Da vontade que essa reforma, que essa modernização da Ponte dos Valadares acontecesse, porque a população sofre. O Governador Ratinho Junior demonstra que a frase que ele disse em Paranaguá, em uma das inaugurações no Porto de Paranaguá, o Governador disse ao povo parnanguara, em especial: “Está na hora de não olhar só para o mar. Está na hora de olharmos para a cidade de Paranaguá.” O Governador do Estado do Paraná, senhoras e senhores, foi quem mais fez, quem mais levou a Paranaguá, até então, recursos, melhorias, parcerias, chama-se Ratinho Junior. O meu querido povo de Paranaguá, os meus parnanguaras, os meus magrinhos, saibam também que o Galo tem o seu dedo, tem o seu pé, tem o seu coração, em todas essas vontades

que o Governador tem demonstrado. Quero fazer um agradecimento também ao Líder Hussein Bakri, esse magnífico Líder, colega, amigo, professor. Todas as vezes que levamos na sala do Hussein Bakri uma solicitação para o litoral, uma solicitação para Paranaguá, imediatamente, esse nosso Líder passou a mão ao telefone e as providências começaram a acontecer. Então, quando o Governador do Estado, meu querido Líder Hussein Bakri, anuncia que finalmente a Ilha dos Valadares receberá aquilo que tanto o povo espera, Vossa Excelência tem uma participação importantíssima, o seu pedido, o seu desejo, a sua vontade. Aguardamos agora o anúncio do ceremonial do Governo, para dizer se o Governo vai quinta, se ele vai sexta, qual dia, que vai o Governador a Paranaguá, porque todo o povo parnanguara espera para poder aplaudir o Governador, que tem a sua vontade e a sua decisão de olhar para Paranaguá. Repito a frase do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, dentro do Porto de Paranaguá, o Ratinho Junior olhou para o mar, voltou-se para o lado da cidade e disse: “É chegado o momento de não olharmos somente para o mar. É chegado o momento de olharmos também para a cidade.” A cidade Mãe do Paraná, a cidade mais antiga do Estado do Paraná, a nossa querida Paranaguá. Paranaguá de tantos bons políticos que já se deu ao Estado do Paraná. Lembro-me da saudosa memória do nosso querido Nelson Bufara, do qual o nosso Líder Hussein Bakri acabou colocando o seu nome, dentro de Paranaguá, em uma ligação importante, diretamente, com o porto do Viaduto Nelson Bufara. É a prova de que nós, homens e mulheres desta Assembleia Legislativa, olhamos para Paranaguá. Permitam-me neste momento colocar, em especial, esse parnanguara, aqui, em nome da minha família, de meus avós, da minha querida tia Eldácia, de 97 anos de idade, que mora na Rua Leocádio Corrêa, em Paranaguá, perto da Catedral, Catedral esta que o meu avô foi um dos únicos que conservava o relógio da nossa Catedral, da nossa matriz. Portanto, Governador Ratinho Junior, agradeço imensamente esse seu desejo, essa sua vontade das melhorias para Paranaguá. Vossa Excelência com certeza terá o reconhecimento de todos nós parnanguaras no momento em que for solicitado. Saiba, Ex.^{mo} Sr. Governador, que o povo parnanguara não mede esforços, não deixa de reconhecer aqueles que voltam os

seus olhares, as suas vontades políticas para a nossa Paranaguá. Para finalizar, portanto, Ex.^{mo} Governador Ratinho Junior e todos aqui da Assembleia Legislativa, o meu querido povo de Paranaguá diz: *Agradecemos, Governador, esta sua vontade, esta sua decisão.* A Ponte dos Valadares finalmente vai acontecer, a Ponte dos Valadares finalmente está saindo do papel e temos uma participação importante, o Deputado Galo está nessa participação, o Hussein Bakri está nessa participação, a Assembleia Legislativa está junto, mas, depois do Nelson Bufara e outros tantos políticos que já passaram pela Assembleia Legislativa, aqui está o neto do Bernardo Leonardo da Costa, grande parnanguara, representante legítimo de Paranaguá, o Deputado Galo. Vida longa, Sr. Presidente! Muito grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSB): Senhor Presidente, gostaria de fazer um convite a esta Casa, se me permite. Antes, parabenizando o Deputado Galo pelo pronunciamento, acompanhamos essa luta. Parabéns, Deputado Galo! Realmente a Ilha de Valadares merece, precisa e há muito tempo acompanho essa luta. Parabéns! Grande informação, grande conquista para Paranaguá, para a Ilha de Valadares. Presidente, Guarapuava sediará hoje e amanhã o 1.^º Congresso de Direito do Consumidor e Fórum Paranaense de Procons. Esse é um evento, Presidente, que inicialmente era projetado para ser do município de Guarapuava e dos municípios vizinhos, mas tomou uma envergadura muito grande e esse Fórum estará acontecendo no Centro de Eventos, na Cidade dos Lagos, e está sendo coordenado, organizado pela Coordenadoria do Procon de Guarapuava. De acordo com a Coordenadora, a Luana Esteche, o evento está extremamente bem organizado e das 150 inscrições inicialmente previstas, hoje já temos mais de 400 inscritos, Presidente Traiano. Teremos representantes do Acre, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Amazonas e de outros estados brasileiros, as três faculdades de Guarapuava estão participando e essa é uma parceria entre o município de Guarapuava, o Prefeito Celso Góis, o Procon da nossa cidade de Guarapuava e entre os participantes estarão o Professor e Diretor de Projetos e Pesquisas do Instituto Brasiliense de Direito Público, Ricardo Morishita Wada, a

Cláudia Silvana, nossa conhecida Claudinha, que é a Coordenadora do Procon de Curitiba e Presidente dos Procons do Brasil, e também o Felipe Vieira Amauri Oliva, que é o Diretor Executivo da Federação Brasileira. É um Congresso que acontecerá hoje, a partir das 19 horas, lá em Guarapuava, com abertura portanto lá na Cidade dos Lagos, e o Prefeito Celso Góis e a Luana Esteche convidam todos os Deputados, Deputado Anibelli, para que, em podendo, participem pessoal ou virtualmente. Será, sem dúvida alguma, uma grande oportunidade para ampliarmos o horizonte dos nossos conhecimentos no que diz respeito ao direito do consumidor. Obrigado, Presidente. Faço aqui este convite a esta Casa de Leis, a todos os Deputados e assessorias. Será um grande evento, certamente, que acontecerá em Guarapuava hoje e amanhã. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Matelândia, Sr. Celso Gregório, e do Vereador Uni, por solicitação dos Deputados Paulo Litro e Nelson Luersen; do Presidente da Câmara de Dois Vizinhos, Sr. Juarez Alberton, e dos Vereadores Carlos Mangini, Chico Pereira e Valdemar Silveira, também por solicitação do Deputado Paulo Litro. Próximo orador, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Bom dia, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Parlamentares, amigos que nos visitam neste dia e funcionários desta Casa. Venho nesta quarta-feira, dia 23 de março, fazer um pronunciamento direcionado aos nossos emedebistas do Estado do Paraná e quem dirá de todo o Brasil. Amanhã o nosso Partido comemora 56 anos da sua criação. O Movimento Democrático Brasileiro surgiu em 24 de março de 1966, com o propósito de fazer oposição à ditadura militar e colaborar com a volta da democracia. Foi criado a partir da extinção do pluripartidarismo pelo Ato Institucional n.^o 2, que institui o bipartidarismo, e desde então passou a fazer política. Que orgulho fazer parte neste momento deste Partido que está no meu sangue e no meu coração na condição de Presidente Estadual! Que responsabilidade, mas que satisfação! Talvez lá atrás, no famoso 15 de janeiro de 1985, onde meu pai foi ao Congresso Nacional votar por Tancredo Neves e

lembro-me daquele dia quando suas palavras falaram: *Pelo meu Paraná, pelo meu Brasil, pela minha família, voto Tancredo Neves, Presidente do Brasil.* Com as diretas, a possibilidade da eleição de um representante civil, o povo, por meio dos seus parlamentares, escolheu Tancredo Neves como Presidente e José Sarney como Vice. Com a morte de Tancredo, coube a Sarney reconduzir o País à democracia. Em 2017, o PMDB buscou inspiração no passado e tirou o último resquício da ditadura, a obrigatoriedade do uso da letra “P”, voltando a se chamar apenas Movimento Democrático Brasileiro. E estamos vivendo, em nível de Paraná e em nível de Brasil, um novo momento! Aqui no Estado do Paraná, tantas e tantas lideranças que nos deixaram, deixam-nos com uma responsabilidade, Sr.^s Parlamentares, muito maior de fazer acontecer, de lutar com mais garra, com mais humildade, mas sempre com o objetivo de *varrer para dentro!* Parafraseando meu amigo Deputado Nereu Moura, que esteve no Congresso da Juventude do MDB, todos aqueles que saíram, o MDB cada vez ficou mais forte. E esse é o nosso objetivo, essa é a nossa responsabilidade, de fazer acontecer. Estamos vivenciando um período de filiação partidária, estamos vivenciando este momento de alguns Parlamentares entenderem que têm que mudar de Partido. Com muito orgulho, em mais um período de mudanças, permaneço no nosso MDB, porque vim da juventude e tenho um compromisso maior de todos com a construção deste Partido. Mas quero aqui, mais uma vez, publicamente, ir para o limpo e falar a verdade! Todos aqueles que quiserem vir fortalecer as nossas fileiras, todos são muito bem-vindos, entretanto têm que conversar com a base municipal, têm que entrar pela porta da frente, têm que conversar com os diretórios para que, unindo-se, somando esforços, possam fortalecer este novo momento que vivenciamos no MDB do Paraná. Por isso, meus queridos amigos, dia 28 de março, segunda-feira da semana que vem, iremos fazer um grande ato de filiação, onde estaremos apresentando muitas lideranças que estamos trabalhando para que venham fortalecer e construir e fortalecer este Partido que tem história, tem sentimento, tem tradição, tem serviço prestado e, sem sombra de dúvidas, uma responsabilidade muito grande. E hoje, por meio da nossa pré-candidata Simone Tebet, que já veio ao Paraná e está visitando o Brasil tentando furar esta bolha da

radicalização, da polarização entre a direita e a esquerda, mas com sentimento de brasileira, com sentimento de mãe, de Prefeita, de Ex-Deputada, de Ex-Governadora e atual Senadora, com experiência para fazer um novo momento e, sem sombra de dúvida, ter uma discussão do mais alto nível de quais efetivamente são os grandes problemas que assolam a população brasileira, principalmente aqueles que mais precisam. Mas não poderia neste dia vir aqui falar dos avanços, dos sonhos, da perspectiva e dizer da nossa Executiva Estadual, guerreiros e guerreiras que fazem parte dessa Executiva e que têm trabalhado de forma harmônica, de forma leve, de forma alegre, mas sempre no mesmo sentido, que é o fortalecimento do nosso MDB nos quatro cantos do Estado. Quero aqui saudar o nosso 1.º Vice-Presidente, Deputado Nereu Moura; o nosso 2.º Vice-Presidente, Ex-Deputado Renato Adur; o nosso 3.º Vice-Presidente, Prefeito Colodeu; da nossa Almirante Tamandaré, o nosso Secretário-Geral, Prefeito Junior Weiller, Presidente da AMP e Prefeito de Jesuítas; o nosso Secretário-Adjunto, Dr. Rogério Carboni, Presidente do MDB de Curitiba; o nosso Tesoureiro, Deputado Sérgio Souza, que faz um forte trabalho de valorização do nosso Partido em nível de Brasília; o nosso Secretário-Adjunto, Ex-Prefeito Marcio Marcolini; a nossa Vogal, Vereadora guerreira, que retornou ao seu cargo por uma injustiça que tinha feito, demonstrando o sentimento de luta do nosso MDB, nossa querida amiga Gertrudes Bernardes, de Ivaiporã; o nosso Prefeito de Tomazina, Flávio Zan; o nosso Prefeito de Toledo, Beto Luniti; o nosso Ex-Prefeito da Lapa, Paulo Furiatti; nossa Ex-Prefeita de Agudos do Sul, Luciane Teixeira; nossa Ex-Prefeita de Jardim Alegre, Neuza Pessuti; e os nossos queridos emedebistas, desde a juventude, Roberto Ballico e Rafael Cantagallo. Não podemos esquecer que o MDB mais uma vez inova, colocando no mínimo 15% da sua executiva e do seu diretório de mulheres guerreiras, que efetivamente têm a missão de conosco fortalecer esse Partido. É uma satisfação estar aqui falando desse MDB. Temos, sim, um compromisso assumido com o Presidente Baleia Rossi de fazer a retomada do crescimento, fortalecer, preencher uma chapa completa de Deputados Estaduais e Federais, não esquecendo a nossa militância, dos 405 Vereadores, hoje 28 Prefeitos, onde três devem renunciar para ser candidato a

Deputado Estadual, dos nossos 32 Vice-Prefeitos. E a certeza que quem sabe de onde vem sabe para onde vai. Viva o nosso MDB! Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. O assunto que quero comentar aqui, hoje, é de extrema delicadeza. Extrema delicadeza, pois envolve muita gente e muito problema. Envolve diretamente 399 cidades do Paraná no tocante ao que vem sendo praticado com o título de austeridade fiscal e responsabilidade financeira pelo Governo do Estado. A renúncia da receita feita pelo Governo atual causa um prejuízo imenso às Prefeituras do Estado do Paraná. No ano de 2022, 17 bilhões e 479 milhões em renúncia. Em 2023, 18 bilhões e 11 milhões. Em 2024, 18.543. Fiz uma conta, um estudo econômico do que isso representa. Só ano de 2022, o Governo do Paraná deixou de repassar 4 bilhões e 642 milhões para os municípios paranaenses. A renúncia impactou diretamente nos municípios. Esses municípios não têm opção de opinar a esse respeito e os empregos são criados nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba e acabam impactando na receita do Governo e, por consequência, no repasse aos municípios do interior. O Governo pratica a renúncia fiscal para estimular investimentos na Região Metropolitana de Curitiba, mas quem paga a conta é Jardim Alegre, é Mandaguari, é Borrazópolis, no interior do Estado. Na minha querida Apucarana, cidade de 137 mil habitantes, só no ano passado deixaram de ser repassados R\$ 27 milhões e 515 mil por conta da renúncia fiscal. Na cidade de Cornélio Procópio, do Deputado Romanelli, 12 milhões e 655 mil deixaram de ser repassados à Prefeitura de Cornélio Procópio por conta da renúncia fiscal praticada. Na cidade de União da Vitória, 12 milhões e 888 mil deixaram de ser repassados para o município. Na pequenina Ourizona, minha terra de origem, 2 milhões e 200 mil por conta da renúncia fiscal. E a pergunta que não quer calar: Por que esse modelo não é discutido com os Prefeitos e as Prefeituras do Estado do Paraná? Quem são os beneficiários diretos dessa renúncia? O povo paranaense que não é. Quantos empregos foram

gerados em Cornélio Procópio, por exemplo, a troco dos R\$ 12 milhões por ano que o município perde? Na cidade de Mandaguari, que contribui anualmente com mais de 15 milhões para esse programa de bolsa megaempresa que tem no Governo do Estado com essa renúncia. Não dá para admitir que isso continue escuro, que isso não seja transparente com o povo e debatido por esta Casa. Se não bastasse o número elevado da renúncia e o prejuízo de mais de 4.6 bilhões para os municípios do Paraná, 333 cidades das 399 receberam 650 milhões a menos do que era devido ser repassado pela forma matemática de rateio da Secretaria da Fazenda. Fiz um comparativo no *Excel*, simplesinho de ser feito, entre o índice do FPM vezes o valor repassado e descobri, Deputado Tercílio, que 66 cidades receberam mais do que deviam ter recebido e 333 cidades receberam menos do que deviam ter recebido. Essa diferença dá R\$ 650 milhões aos cofres desses pequenos municípios. E aí fica a minha pergunta: A Secretaria da Saúde fez um evento, há um mês, anunciando R\$ 250 milhões para 300 Prefeitos. Ontem, a Sedu fez um anúncio de R\$ 450 milhões para 243. Gente, se pagar o que deve direito para os municípios, estavam resolvidos os dois eventos, mas a propaganda importante é que os Prefeitos vieram para a Sedu e para a Sesa de um dinheiro que já era deles e que não foi repassado. E aí basta esclarecer que o que está sendo feito com esse modelo de renúncia é muito sério ao Estado do Paraná. Só neste ano, o aumento em relação à renúncia feita o ano passado é exatamente o valor gasto com todo o setor de saúde do Estado do Paraná. Cinco e poucos bilhões de reais feito em renúncia é o que pagou todo custeio, folha de pagamento e investimento na Secretaria da Saúde. O Governo precisa fazer uma reflexão. Não sou contra a utilização de incentivos fiscais, mas precisamos ter critérios claros sobre isso. Não podemos continuar penalizando a população dos municípios mais frágeis. Não pode a Prefeitura de União da Vitória, por exemplo, perder R\$ 12 milhões, por conta de um processo que sequer o Prefeito, o Vereador, a população tem como opinar. Não pode a população de Ourizona perder R\$ 2 milhões. Não pode a população de Apucarana perder R\$ 12 milhões. Está errado esse modelo. Quem está por trás da sistematização desse processo? Como que é feito esse processo? Está equivocado. Acho que devemos fazer um

debate, Deputado Traiano, nesta Casa, sobre os incentivos. É papel nosso, enquanto Deputados, saber quem são, quantos empregos geram, se a relação do emprego gerado ao benefício concedido é válida, se tem custo/benefício. Os incentivos estão contribuindo para gerar desenvolvimento ou apenas aumentando a taxa de lucro dos empresários? Tem que responder a essa questão. Por que o interior está fora desse processo que está aqui dentro? Por que o interior não está sendo contemplado nesse modelo de renúncia, pelo menos é o que tudo indica. Não estou sendo afirmativo, estou fazendo um questionamento, porque tudo dá a entender que são megaempresas, inclusive de capital internacional, que estão se beneficiando com o dinheiro do povo paranaense, que está aí com um monte de problema, e precisamos resolver. Esta Casa precisa entrar na luta a favor dos Prefeitos. As Prefeituras estão cuidando dos municípios com escassez de recursos financeiros e precisamos fazer esse debate aqui. Não é só de agora, não é culpa só deste Governo, é culpa de outros. Agora, este Governo aumentou muito a renúncia e isso temos que deixar claro. Até hoje não recebi do Secretário da Fazenda as explicações no papel do porquê do aumento da renúncia. Cobrei na prestação de contas aqui da Secretaria e fiquei aguardando um retorno, porque segundo o mesmo e segundo o Governo, mudou a sistemática de cômputo do que é renúncia, mas até hoje não tem nada documentado. O que temos hoje? Insegurança. O portal de transparência do Estado não tem alimentação correta com as informações corretas. Houve um problema lá atrás e se jogou a culpa no Siaf, que é o sistema de administração financeira, mas a verdade é que quem pagou a conta toda foram os municípios do Estado do Paraná, que tiveram recursos perdidos tirados de suas mãos. E se formos fazer essa comparação, esse recurso deixou de ser investido aqui na saúde do Estado, deixou de ser investido na educação, deixou de ser investido na segurança pública. O aumento, por exemplo, aos servidores do Estado do Paraná, podia ser maior. Um por cento de aumento corresponde a R\$ 110 milhões. Se o Ratinho desse 10% de aumento para todo serviço público, custaria 1,15 bi. A renúncia é de 17, 17 vezes mais do que o valor do aumento que podia ser dado. Então, temos que fazer essa conta. Não estou dizendo, estou colocando questões que são claras, que são

documentadas, que estão no papel. Esta Casa precisa debater. Estou protocolizando, hoje, um pedido para que façamos uma discussão entre os 54 Deputados do modelo de renúncia fiscal praticado ao longo dos últimos anos no Paraná, que envolve os outros Governos também, e que se explique por que saltou de 11 para 17 bilhões na renúncia no Paraná. É 6 bi, é o orçamento de toda saúde do Paraná. A segurança pública está ali fora com o *pires na mão* pedindo aumento, e se tirarmos essa bolsa megaempresário que tem hoje no Estado do Paraná e voltar para o povo, isso tem correção.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Deputado...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Sou crítico ao governo. Mas quero apontar condições de se criar um caminho. E o caminho é rever a renúncia, parar de dar a torto e direita e endereçar isso para quem realmente precisa.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Deputado Arilson, permite-me um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Quero lhe cumprimentar pelas pautas que V.Ex.^a tem trazido como Líder da Oposição para debater nesta Casa. Agora, sobre essa questão da renúncia fiscal tem quase uma lenda urbana sobre ela. Na verdade, temos uma carga tributária desproporcional. E todas as renúncias tributárias que o Paraná tem são de incentivos à cadeia produtiva do Estado do Paraná. Que é necessário passar isso a limpo? Acho absolutamente necessário. As adequações de valores de renúncia fiscal, na verdade é uma... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): ... faz-se uma previsão em termos do custo disso para o orçamento público. Agora, indiscutivelmente, o tema deve ser debatido. Mas veja, não há nenhuma renúncia fiscal que não seja fruto do

estímulo à cadeia produtiva. Essa é a lógica da renúncia fiscal, inclusive, da micro e pequena empresa. Toda essa conta, inclusive, está nesse setor, nesse segmento. Como está o setor de confecção, de metal sanitário e tantos outros setores. Claro, eu, por exemplo, acho que não deveria estar. Temos que rever, por exemplo, que as cervejarias, por exemplo, as maltarias têm tido benefício fiscal. Podemos discutir esses incentivos fiscais. Agora, todos eles são objetos de lei, de contratos, do ordenamento jurídico. Agora, indiscutivelmente, é um tema que deve ser discutido, mas, assim, o impacto dele, não temos como cobrar 17 bilhões a mais do contribuinte paranaense. Isso é inviável. Além do que inviabiliza a cadeia produtiva, o próprio Funrep que o Governo... (É retirado o som). Desculpe, o próprio Funrep que o Governo criou, que tem os 12% de várias cadeias produtivas, está gerando um grande problema para o setor produtivo do Paraná e de setores importantes, empregadores de mão de obra. Então, o tema é importante, é relevante e acho que V.Ex.^a o faz com muita profundidade. Merece ser debatido. Esta Casa tem, de fato, elevar o nível do debate sobre as questões essenciais da nossa economia e, obviamente, nesse caso específico da questão tributária.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Contra a renúncia. Queremos a revisão do processo da renúncia fiscal, e como ele é feito, que seja debatido e transparente nesta Casa. Se, realmente, for comprovada toda a origem para a cadeia produtiva, terá, inclusive, o nosso apoio. Não queremos que a população pague mais. Mas também... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Vereador da cidade de Realeza, Sr. João Bento Emiliano, nosso amigo, por solicitação do Deputado Douglas. Também do Vereador de Francisco Beltrão, João Emiliano, por solicitação do Deputado Anibelli Neto. Sejam todos bem-vindos aqui à Casa. Ainda registro o aniversariante do dia, nosso Vice-Líder do Governo,

Deputado Gugu Bueno, que hoje completa seus 39 anos de idade. Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estava do lado do homem e nem sabia. Parabéns, Deputado Gugu, que ontem cerrou fileiras com o nosso PSD. E seja bem-vindo, a exemplo dos demais colegas que farão o mesmo na sexta-feira. Gostaria de me reportar ao Deputado Arilson. Temos um bom senso no trato das questões Liderança de Situação, Liderança de Oposição e tenho certeza de que, V.Ex.^a, depois de esmiuçar os dados daquilo que o Deputado Romanelli falou e eu mesmo vou procurar e vou pedir para o Secretário da Fazenda que traga para Vossa Excelência, Vossa Excelência vai mudar um pouco o contexto do seu pensamento. O senhor é do Partido dos Trabalhadores, um Partido que preza o emprego, e a renúncia fiscal no Estado do Paraná, no Governo Ratinho, sempre é precedida e tem como mote principal gerar emprego e renda. Tanto é que somos o primeiro Estado da Federação em geração de emprego e renda. É esse o objetivo. Não outro. Estamos vivendo um momento complexo de crise, de dificuldades e o Paraná está mantendo os empregos. Óbvio que aqui ou acolá é preciso algum ajuste. É preciso, sim. Vamos fazer. Temos a humildade e teremos a humildade necessária para fazer os ajustes que forem precisos. Acho que é importante fazer esse debate. Estou junto. Participo. Tudo aquilo que for para engrandecer tem o meu apoio. Portanto, o senhor pode ter certeza. Agora, só quero dar um dado para o senhor, quanto a União da Vitória que o senhor citou, só uma ponte que o Governo fez lá dá R\$ 30 milhões. Temos mais de 15 milhões de obras do Governo do Estado que estão sendo colocadas no município. E tem obra no Estado do Paraná inteiro. O Governo mantém o seu ritmo de trabalho e isso faz parte do dia a dia. Gostaria de me reportar agora ao Deputado Caputo, que tenho uma relação muito forte com ele, muito boa, desde que ele era Secretário de Estado da Saúde, sempre achei ele muito competente. Quero dizer para ele que não desanime ainda em relação ao processo das farmácias. O nosso voto não foi analisado. Justamente pedi para tirar da CCJ ontem, tendo em vista um diálogo que eu e o Vice-Líder Gugu Bueno estamos travando com a Casa Civil, com o Governo. Vocês sabem que não é fácil. As coisas não são fáceis.

Tudo, Deputado Galo, precisa muito trabalho. Deputado Boca Aberta Junior, precisa trabalhar, correr, brigar, lutar. E estamos fazendo isso. Toda segunda-feira nos reunimos na Casa Civil e estamos tentando convencê-los da importância de que possamos derrubar os vetos aqui. É isso. Agora, paralelamente a isso, estou trabalhando com o Secretário Ortega, para que esse decreto, que na minha opinião, decreto é decreto e lei é lei. Se derrubarmos o veto aqui é lei. Mas não perdi a esperança ainda, Deputado Caputo, e vou continuar lutando, porque acho que essa questão que V.Ex.^a coloca aqui é muito justa. Senhor Presidente, ontem tivemos aí a nova concessão do Parque Nacional do Iguaçu. Eu que tenho um profundo respeito, tenho uma ligação forte com Foz do Iguaçu, e o Grupo PNI, que é composto por Cataratas e Construcap, vai investir R\$ 500 milhões na nova infraestrutura e R\$ 3,6 milhões na operação do parque durante o período da concessão. Isso é uma ótima notícia para Foz do Iguaçu, já que estamos com o andamento da ponte avançada. É importante para o Paraná. Temos investimentos ali na nova ponte. E também temos investimentos no aeroporto. Dentro em breve teremos voos internacionais. Daqui pouco tempo, quando voltar um pouco mais ao normal, teremos voos de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu. Hoje já temos grande parte do Paraná integrado, vários municípios, Arapongas, Bazana. Temos Apucarana, União da Vitória, enfim, Guaíra, Francisco Beltrão, a cidade do Presidente. Eu de União da Vitória para cá levo 45 minutos. Quem diria, gente. Temos hoje, operado pela Azul, voos Caravan a preço, na minha cidade, R\$ 170,00. Com o preço que está a gasolina hoje, é extremamente favorável. Mas, Sr. Presidente, gostaria de finalizar aqui, finalizar a semana, dizendo que vamos ter uma semana muito intensa na semana que vem. Quero reafirmar aqui o meu pedido de coerência, de bom senso a todos, porque estaremos votando, finalizando na semana que vem, acho que não tem hora para acabar, os projetos do Governo que tratam do funcionalismo. E até quero pedir uma permissão para saudar aqui o Cabo Sargento Carlos. É o único Cabo Sargento que conheço. Cabo Sargento Carlos, com sua equipe aqui, que tem feito um trabalho maravilhoso aqui, de respeito, de construção. Isso é importante. Diferente de alguns que só sabem ofender. Quero parabenizar V.Ex.^a e saiba que aqui tem

Deputados que olham pela segurança pública. Os Deputados que compõem a nossa Base aqui, os Deputados da Comissão de Segurança, os demais, estão sempre lutando diariamente em prol dos Delegados que representam Civil e Militar, enfim todos estão lutando aqui e, certamente, na semana que vem, Sr. Presidente, chegaremos a êxito e conseguiremos finalizar tudo isso. Vai ser preciso muito trabalho. A sua equipe aqui já está pronta. A minha da Liderança também está pronta. E, tenho certeza, Sr. Presidente, de que vamos poder contar com o bom senso de todos os colegas aqui porque, afinal de contas, o nosso sucesso da votação aqui será o sucesso de todos. O nosso sucesso vai impactar diretamente na vida daquelas pessoas que estão há muito tempo esperando uma melhoria nos seus salários e, consequentemente, uma melhoria na qualidade de vida. O esforço é muito gigante. O esforço é fantástico do Governo para que pudéssemos chegar até aqui. Foram dias de luta, de debate, de intensos debates. A Secretaria da Fazenda reticente até certo ponto. O Governador insistindo. E conseguimos chegar a bom termo. E, certamente, vocês se surpreenderão quando receberem aqui os números e os dados. Deus abençoe a todos. E, se Deus quiser, na semana que vem, finalizaremos mais essa etapa importante da história do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Líder do Governo, Deputado Hussein, quero fazer o registro do seu empenho para que o Projeto viesse para a Casa, como havíamos anunciado no dia de ontem. Ainda hoje conversei e ontem também com o Chefe da Casa Civil à noite; hoje pela manhã novamente. Estão ultimando questões técnicas para que não incorressem em erro e chegará na segunda-feira. Eles precisam, até o final de semana, para esses ajustes. Portanto, chegando segunda-feira, faremos a leitura. Vou fazer um apelo ao Presidente da CCJ para que ainda na segunda-feira reúna a CCJ. Teremos dois dias apenas para o trâmite desse Projeto para a sua devida aprovação e sanção, na sequência, pelo Governador. Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara da cidade de Turvo, Sr. José Inunes, e dos Vereadores de Turvo, Sr.^s Adenilson Dias Machado, Vivaldo dos Santos Souza, Antônio Sobrinho, Valdo Bueno de Mattos; do Diretor-Geral da Câmara de Turvo, Sr. Wilson

Cordeiro, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri, Anibelli Neto e Deputado Alexandre Curi. Sejam bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichenbach (PSC), Requião Filho (MDB), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD) e Ricardo Arruda (PSL) (3 Deputados).]

Projeto que necessita de Apoimento.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 96/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que denomina João Paulo II o trecho da PR-497 que liga o

município de São Miguel de Iguaçu ao município de Missal. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiado.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas redações finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 669/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube dos Idosos Alegria, com sede no município de Entre Rios do Oeste.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 699/2021, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Filhos da Gavião, com sede no município de Paranaguá.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. Aprovados.

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 307/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais de Terra Roxa – APA, com sede no município de Terra Roxa. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Galo, Luiz Fernando Guerra. Deputada Mara Lima está com dificuldade de registrar seu voto, vamos fazer o registro aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco**

Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Galo, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Mauro Moraes, Reichembach e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 52 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 307/2021. Quarenta e três votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 768/2021, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Anderson Mathias Bonin Bueno. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente, a Deputada Mara Lima está pedindo...*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou registrando o voto dela aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu**

Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Mauro Moraes, Plauto Miró, Reichembach e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 768/2021. Quarenta e três votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado Projeto.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 82/2022, de autoria dos Deputados Hussein Bakri e Luiz Claudio Romanelli, que altera a Lei n.º 20333, de 28 de setembro de 2020, que suspende o prazo de validade dos Concursos públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do coronavírus Sars-CoV-2. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença também na Casa, por solicitação do Deputado Amaro, do Prefeito de Itaúna, Sr. Gilson, e do Secretário de Esporte, Sr. Felipe. Sejam bem-vindos à Casa. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho,

Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Mauro Moraes e Ricardo Arruda (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 82/2022. Quarenta e sete votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 6/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de agosto de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Nelson Luersen, Plauto Miró e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Mauro Moraes, Plauto Miró, Reichembach e Ricardo**

*Arruda (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 6/2022. Quarenta e três votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.***

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 451/2021, de autoria do Deputado Requião Filho, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação LM Almeida, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Luiz Fernando Guerra, Maria Victória, Mauro Moraes, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 451/2021. Quarenta e cinco votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.****

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 775/2021, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Sebastião

Ferreira Martins. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cantora Mara Lima, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró e Ricardo Arruda (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 775/2021. Quarenta e quatro votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 69/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 20437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registro de contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor. Parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só quero fazer uma justificativa. Conversei com o Líder da Oposição e na Comissão de Finanças ele

suscitou uma dúvida, que quero tirar agora, em relação a esse Projeto. Estamos fazendo isso, de fato, eu e V.Ex.^a, no sentido de que possa se baixar a taxa enquanto se discute o novo contrato que vai ser no ano que vem. É isso, exatamente isso, em benefício do cidadão paranaense. Essa é a dúvida que tirei: no final do ano teremos o encerramento desse contrato e o Paraná tem a intenção de voltar a administrar por meio do Detran. É isso. Porque em não sendo assim, o contribuinte, aquela pessoa que paga seus impostos, terá que pagar R\$ 340,00. O nosso objetivo é esse. Agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): É uma decisão da Justiça que concede a condição de manter os 350. Então, há o entendimento para que se baixe esse valor para 173. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço aos colegas, pela importância, o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Maria Victória, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º**

69/2022. Quarenta e seis votos, com o voto da Deputada Mara Lima. Está aprovado o Projeto.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Temos aqui o requerimento do Deputado Arilson que foi adiado. (**Requerimento protocolado sob o n.º 504/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo informações para a aplicação de reajuste igualitário aos servidores do Poder Executivo, de acordo com os índices de reposição inflacionária aplicados aos servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo, Tribunal de Contas e da Defensoria Pública.)

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Houve uma construção de envio expediente, está tudo certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimento n.º 549/2022, dos Deputados Tião Medeiros e Hussein Bakri, requerendo regime de urgência para a tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 67/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 554/2022, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 82/2022 e ao Projeto de Resolução n.º 6/2022 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 550/2022, do Deputado Marcio Pacheco, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Valdir Grapégia; **Requerimento n.º 552/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Sr. Sebastião Batista dos Santos; **Requerimento n.º 553/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Sanepar e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento de Estado e do Turismo, requerendo a instalação de ecobarreiras nos rios urbanos do Paraná em que se identifica acúmulo de lixo; **Requerimento n.º 555/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo que reveja a substituição de aulas presenciais por aulas EAD nos cursos profissionalizantes do novo ensino médio.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 548/2022**, do Deputado Gugu Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de março de 2022; e **Requerimento n.º 551/2022**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de março de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 28 de março de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 307/2021 e 768/2021; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 659/2019, 451/2021, 775/2021 e 69/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 388/2020, 458/2021 e 780/2021 e do Projeto de Resolução n.º 7/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h43, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)